



MOSAICO: Projeto integra Unidades de Conservação em SP, MG e RJ

GUARATINGUETÁ: Pronto para a 3ª fase do projeto de recuperação



MATA CILIAR: Regulamentação começa pelos canaviais



JORNAL MataCiliar

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ano 2 • Edição nº 11 • Março 2008

www.ambiente.sp.gov.br

ENTREVISTA

► Rosa Maria Mancini

“A mata ciliar é o filtro natural para todos os corpos d’água. Um projeto que incentive a manutenção e a recuperação dessas matas é parceiro preferencial de uma política de gestão de recursos hídricos.”

Proprietários de áreas preservadas estão isentos de impostos

Muitos proprietários rurais que têm área de preservação permanente e reserva legal preservadas, ou mesmo outras áreas de floresta em suas terras, costumam reclamar por terem de pagar o Imposto Territorial Rural (ITR) sobre essas áreas. É o caso do leitor Paulo Antônio de Carvalho, que escreveu ao *Jornal Mata Ciliar* sobre seu sítio, em Cruzeiro, na Serra da Mantiqueira, em São Paulo. “Por estar localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), minha família utiliza a área apenas nos fins de semana. Dos 15 hectares, cerca de 90% são compostos por mata natural. Acima das leis de proteção ambiental, está o nosso interesse pela preservação do terreno, que possui várias fontes. O terreno é inviável economicamente, mas, mesmo assim, somos obrigados a pagar o Imposto Sindical”, conta.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), porém, a lei garante a dedução do ITR em até 100% da propriedade, se estiver localizada dentro do bioma Mata Atlântica e coberta por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de regeneração. Segundo Carlos Renato Schneider, analista ambiental da divisão técnica do Ibama/SP, para ter direito à dedução no imposto, o proprietário precisa fazer, por meio da internet, no site do Ibama (www.ibama.gov.br), o Ato Declaratório Ambiental (ADA). “Com isso, podem solicitar o desconto na declaração de ITR”, explica.

Embora seja obrigatório para pessoas jurídicas e físicas que tenham imóvel rural com área igual ou superior a 500 ha, na Região Norte, ou 100 ha, se a propriedade estiver nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País, a declaração pode ser feita por qualquer proprietário

Para ter direito à dedução, é preciso fazer Ato Declaratório Ambiental (ADA), previsto pelo Ibama

que tenha Área de Proteção Permanente (APP), Reserva Legal, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), área de Serviço Florestal e áreas de Declarado Interesse Ecológico (como, por exemplo, áreas que estão declaradas como unidades de conservação; que contenham restrições de uso por motivos ambientais; ou sejam comprovadamente imprestáveis para a atividade rural).

Schneider afirma que se inserem nesses critérios, as áreas preservadas dentro do bioma Mata Atlântica, cobertas por florestas nativas, primárias ou secundárias em estágio médio ou avançado de rege-

neração. Essas áreas devem ser declaradas no ADA como Áreas de Declarado Interesse Ecológico (AIE) e têm direito à isenção do ITR. Assim como na Declaração do Imposto de Renda, as informações do ADA poderão ser checadas a qualquer momento pelo poder público. Para fazer o ato declaratório, o proprietário rural deve procurar, no site do Ibama, os serviços on-line (no lado direito da página) e preencher o cadastro do órgão. Recebe, então, uma senha por e-mail, com a qual pode entrar no sistema ADAweb, e receber as instruções de preenchimento.

Já a contribuição sindical rural é um tributo parafiscal, que deve ser pago por todos os produtores rurais, pessoa física ou jurídica, enquadrados na categoria econômica rural. Até 1990, esse imposto era cobrado pelo Instituto Nacional de Colonização



No www.ibama.gov.br, clique em **Serviços On-line**

e Reforma Agrária (Incra), em conjunto com o ITR. Depois dessa data, passou à Secretaria da Receita Federal. Em dezembro de 1996, a Receita transferiu a competência para arrecadar a contribuição sindical rural à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representante do sistema sindical rural.

O cálculo dessa cobrança, porém, segundo informações da assessoria técnica da CNA, continua tendo como base as informações prestadas pelo

proprietário ao Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (Cafir). O valor, para pessoa física, é calculado com base no valor da terra nua tributável, utilizado para o lançamento do ITR. Com isso, se a propriedade for isenta do ITR, o será também da contribuição sindical. Para a pessoa jurídica, a contribuição é calculada com base na Parcela do Capital Social (PCS), atribuída ao imóvel. Mais informações podem ser obtidas no site da CNA (www.cna.org.br), em Contribuição Sindical. ▶

Mosaico vai integrar Unidades de Conservação em SP, MG e RJ

Reconhecido no final de 2006, pelo Ministério do Meio Ambiente, o Mosaico da Serra da Mantiqueira tem como objetivo principal estimular a gestão integrada entre as 19 Unidades de Conservação (UCs) contidas em seus 445.615 ha, localizados na tríplice divisa dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com área em 37 municípios. A função do Mosaico é o planejamento e a execução de ações, de forma integrada, para obter o desenvolvimento sustentável da região, com prioridade na preservação da paisagem, da biodiversidade e

Projeto prevê trabalho com proprietários para promover o desenvolvimento sustentável

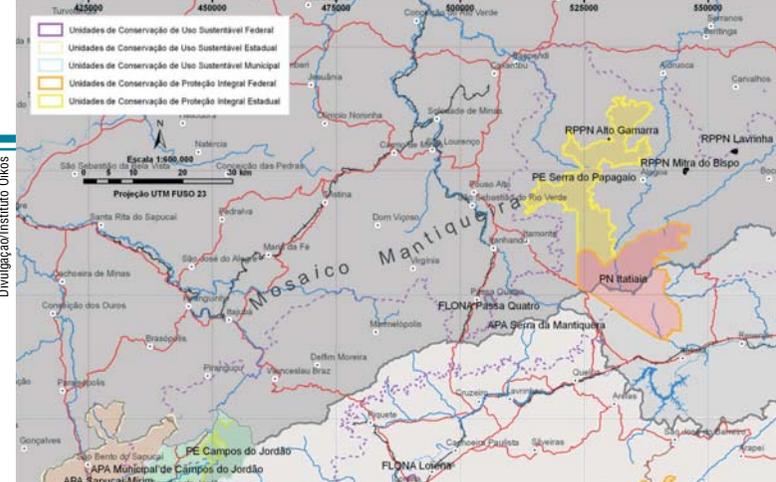
também de atividades produtivas ligadas à cultura local e à mata.

Segundo a geóloga Alexandra Andrade, gestora de projetos do Instituto Oikos, organização não-governamental (ONG) que assumiu a secretaria executiva do Mosaico, neste primeiro ano de atuação, o projeto está em fase de

implantação, com o planejamento da gestão integrada entre as UCs. “Temos duas linhas prioritárias. A criação de um sistema de informação geográfica, para monitorar uma área tão grande, e um plano de prevenção e combate a incêndios florestais, o maior problema na Serra da Mantiqueira. Em 2007, o Parque do Itatiaia teve 800 ha de área queimada. Pegaram fogo também as Áreas de Proteção Ambiental (APA) Mantiqueira e Fernão Dias, em que 1.000 ha queimaram no município de Sapucaí Mirim”, revela.

Alexandra explica que a maior parte dos incêndios

é de origem criminoso. “Precisamos estruturar melhor a prevenção e o combate. Para isso, realizamos, em fevereiro, uma oficina no Parque Estadual de Campos do Jordão, com todos os atores envolvidos (gestores dos parques, corpo de bombeiros, entre outros) para preparar um plano de combate ao fogo na região. O mosaico prevê um trabalho com proprietários para substituir a queima de pastagens por outros métodos. Esse sistema é proibido em São Paulo, embora alguns ainda o pratiquem, mas é permitido em Minas Gerais”.



Objetivo é estimular gestão integrada das 19 UCs

Oikos em Ribeirão dos Macacos

Uma das experiências do Instituto Oikos, que poderá ser utilizada também na gestão do Mosaico da Serra da Mantiqueira, é o trabalho voltado para o desenvolvimento rural sustentável em bases agroecológicas, que vem sendo realizado na Bacia Hidrográfica do Ribeirão dos Macacos, cujo território fica 40% em Guaratinguetá e 60% em Lorena. Segundo Alexandra Andrade, o projeto está em andamento, desde 2006, junto com os proprietários instalados na bacia, com financiamento do Comitê da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Ceivap) e parcerias com a CATI, a Prefeitura de Lorena, além do sindicato rural e da cooperativa de agricultores.

“Atualmente, estamos restaurando as Áreas de Proteção Permanente (APPs) e criando micro-corredores ecológicos na bacia, com a conexão de fragmentos das proprie-

dades privadas que fazem parte da Associação de Produtores Rurais da Bacia do Ribeirão dos Macacos, criada com a ajuda do Oikos e da CATI de Guaratinguetá”, conta a geóloga Alexandra Andrade.

A gestora de projetos da Oikos informa, ainda, que os proprietários da bacia estão cadastrados no Banco de Áreas para Recuperação Florestal, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar), que agenciou contatos com empresas e ONGs de neutralização de carbono, para financiar o projeto. Atualmente, 14 ha, inscritos no Banco de Áreas, estão sendo recuperados. A Oikos também realiza captação direta, como uma empresa de confecção de equipamentos para esportes de aventura, que adotou uma área na bacia.

UCs do Mosaico da Serra da Mantiqueira

1. Área de Proteção Ambiental de Campos de Jordão (SP);
2. Área de Proteção Ambiental de Sapucaí Mirim (SP);
3. Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Rio Paraíba do Sul (SP, RJ e MG);
4. Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (MG);
5. Área de Proteção Ambiental Municipal de Campos de Jordão (SP);
6. Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier (SP);
7. Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira (MG);
8. Área de Proteção Municipal da Serrinha do Alambari (RJ);
9. Floresta Nacional de Lorena (SP);
10. Floresta Nacional de Passa Quatro (MG);
11. Parque Estadual da Serra do Papagaio (MG);
12. Parque Estadual de Campos de Jordão (SP);
13. Parque Estadual dos Mananciais de Campos de Jordão (SP);
14. Parque Municipal da Cachoeira da Fumaça (RJ);
15. Parque Municipal da Serrinha do Alambari (RJ);
16. Parque Nacional do Itatiaia (RJ);
17. Reserva Particular do Patrimônio Natural Alto Gamarra (MG);
18. Reserva Particular do Patrimônio Natural Ave Lavrinha (MG);
19. Reserva Particular do Patrimônio Natural Mitra do Bispo (MG).

Regulamentação de áreas ciliares começa pelos canaviais



Setor canavieiro é o primeiro de uma série que englobará todas as propriedades rurais em SP

As propriedades canavieiras do Estado de São Paulo devem enviar até o próximo dia 2 de abril, por via eletrônica, com o Requerimento de Queima de Palha de Cana, a situação das matas ciliares em suas terras, indicando sua delimitação e as medidas de proteção adotadas para permitir a regeneração natural, como o isolamento e a remoção de fatores de degradação. A medida faz parte da Resolução SMA 42, de 29 de setembro de 2007, que instituiu o Projeto Estratégico Mata Ciliar, e teve os procedimentos regulamentados por meio de portaria da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e

de Proteção de Recursos Naturais (Portaria CPRN-2, de 21 de janeiro de 2008). O setor canavieiro é o primeiro, de um escalonamento que deve cobrir todas as propriedades rurais paulistas.

O projeto tem como objetivo promover a recuperação de áreas ciliares desmatadas e degradadas no Estado e contribuir para que a área de cobertura vegetal em São Paulo passe dos atuais 14% para, no mínimo, 20%. “A lei não obriga os proprietários a recuperarem as matas ciliares, mas podemos impedir que as áreas sejam utilizadas para outros fins”, previne Helena Carrasqueira Von Glehn, coordena-

dora do CPRN.

O segundo grupo, com prazo até 30 de abril de 2008, é formado por propriedades ou posses rurais com área igual ou superior a 2.000 ha, áreas exploradas por empresas florestais do setor de papel e celulose e áreas marginais a reservatórios administrados por empresas de energia e saneamento. Até 30 de setembro de 2008, as propriedades ou posses rurais com área de 500 a até 2.000 ha devem informar a situação de suas matas ciliares. O último grupo, composto por propriedades com área entre 200 a até 500 ha, tem prazo até 30 de setembro de 2009 para fazer a comunicação.

Com exceção da indústria canavieira, o encaminhamento das Comunicações de Áreas Ciliares pode ser feito por meio eletrônico, pelo Portal Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (que pode ser acessado a partir do endereço www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar) ou pelo envio de formulário específico para o CPRN, na Av. Professor Frederico Hermann Jr., 345, São Paulo. O encaminhamento poderá também ser substituído pela inscrição das áreas ciliares no Banco de Áreas Disponíveis para a Recuperação Florestal (informações também no site do Projeto), desde que sejam inscritas todas as áreas ciliares da propriedade.



O projeto no Baixo Ribeirão Guaratinguetá preocupa-se agora em manter as áreas recuperadas e trabalhar a questão da educação ambiental

Guaratinguetá já se prepara para a terceira fase do Mata Ciliar

Fundada em 1630, com a construção de uma capela, Guaratinguetá é até hoje uma cidade marcada por acontecimentos religiosos. Foi em seu então território que pescadores encontraram, nas águas do Rio Paraíba do Sul, em 1717, a imagem de Nossa Senhora Aparecida e é a terra natal do Frei Antônio de Santana Galvão, o primeiro santo nascido no Brasil. O município, de 108 mil habitantes, cujo nome significa “muitas garças brancas” em tupi-guarani, também tem sua história ligada às belezas naturais do Vale do Paraíba e das encostas da Serra da Mantiqueira e Serra da Quebra Cangalha.

Sua formação vegetal natural é típica de Mata Atlântica (floresta estacional semidecidual e floresta paludosa) e em seus fragmentos podem ser encontrados sagüis, macacos-prego, tatus, gambás, lobos-guará, além de cachorros, gatos e porcos do mato. Também há uma infinidade de pássaros (como canário-da-terra, pintassilgo e pássaro-preto), anfíbios, répteis e, em suas águas, peixes, como lambaris, cascudos, traíras, mandis e bagres.

Responsável por 85%



do abastecimento de água da cidade, porém, o Ribeirão Guaratinguetá conta com fortes processos erosivos em quase toda a sua extensão, devido à ausência de mata ciliar, o que provoca assoreamento do leito. Por conta disso, o Baixo Ribeirão Guaratinguetá foi escolhido como uma das 15 microbacias beneficiadas pelos projetos demonstrativos do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Totalmente inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) do Paraíba do Sul, a microbacia tem como atividades principais a pecuária e a rizicultura (cultura de arroz) e, excluindo os limites da zona urbana, possui uma área de 3.500 ha. Segundo a agrônoma Cecília Kujawski Ramos, supervisora do Projeto Matas Ciliares na Bacia do Rio Paraíba do Sul, o projeto no Baixo Ribeirão Guaratinguetá teve início em abril de 2007, no Bairro do Mato Seco, com o plantio de

6,6 ha de matas, em cinco propriedades, totalizando 5.180 mudas de espécies nativas da região. A segunda etapa, no bairro Capituva, começou em julho de 2007, com mais 5,7 ha plantados em duas propriedades, com 8.104 mudas. “O plantio nessa região foi feito em época seca porque é uma área alagadiça e, durante a temporada de chuvas, poderíamos perder as mudas”, explica a agrônoma.

“Essas Áreas de Proteção Permanente (APPs) eram todas ocupadas por pastagens e os proprietários queriam recuperá-las porque o córrego está muito assoreado”, conta Cecília, ressaltando a importância da parceria com a Coordenadoria de Assistência Integral (CATI), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

Projeto teve início em abril de 2007 com o plantio de 6,6 ha de matas. A segunda etapa começou em julho passado, com mais 5,7 ha

“Em uma das propriedades só conseguimos plantar porque o Programa de Microbacias da CATI fez a adequação do solo em curvas de nível”, diz.

O engenheiro agrônomo Jovino Paulo Ferreira Neto, diretor regional da CATI em Guaratinguetá, explica que os dois programas (o de Microbacias e o Mata Ciliar) começaram quase ao mesmo tempo, no Ribeirão Guaratinguetá, e estão sendo implementados conjunta-

mente. “Trabalhamos com a melhoria das pastagens e do sistema de produção de leite, além da correção do solo. Como fazemos projetos individuais das propriedades, a equipe do Mata Ciliar pode usar nosso mapeamento e planejamento como base”, afirma Ferreira Neto.

O diretor regional da CATI acredita que, pelo tempo de implantação dos projetos, o resultado está bastante satisfatório. “A atuação nessa microbacia já é uma decisão de anos da Prefeitura de Guaratinguetá e o produtor quer apoio para recuperar. Na verdade, a demanda na região é maior do que a possibilidade de atender”, conta.

Marco Antonio Filippo Lopes, da ONG Vão Livre, executora do projeto em Guaratinguetá, reforça a

parceria com a prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, na parte de educação ambiental. Originalmente focada em trabalhos sociais e culturais, principalmente de geração de renda pelo artesanato, a ONG vem participando, desde 2006, de vários cursos e palestras do Projeto Mata Ciliar, antes de assinar o protocolo em janeiro de 2007.

Lopes diz que atualmente aguarda a aprovação da terceira fase do projeto, voltada à manutenção das áreas recuperadas e que pretende trabalhar a educação ambiental com alunos das escolas do município, em uma das propriedades que participa do projeto, um sítio voltado para práticas de esportes, como o skate. ▀

Frei Galvão, um santo brasileiro

Filho do capitão-mor da Vila de Guaratinguetá, o português Antônio Galvão de França, e de Isabel Leite de Barros, bisneta do famoso bandeirante Fernão Dias Paes (o “caçador de esmeraldas”), Antônio de Santana Galvão nasceu em 1739, foi criado em uma casa grande e rica e, aos 13 anos, foi estudar no Colégio de Belém, na Bahia, em que já se encontrava seu irmão José. A vocação religiosa despontou logo cedo e, aos 16 anos, o futuro santo entrou para o noviciado na Vila de Macacu, no Rio de Janeiro.

Em 1761, foi mandado para o Convento de São Francisco, em São Paulo, onde foi nomeado pregador, confessor dos leigos

e porteiro do Convento, cargo considerado muito importante, pela comunicação com as pessoas. Mais tarde fundou um recolhimento para Mulheres, do qual foi arquiteto, mestre de obras e até mesmo pedreiro, obra que hoje é o Mosteiro da Luz, declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

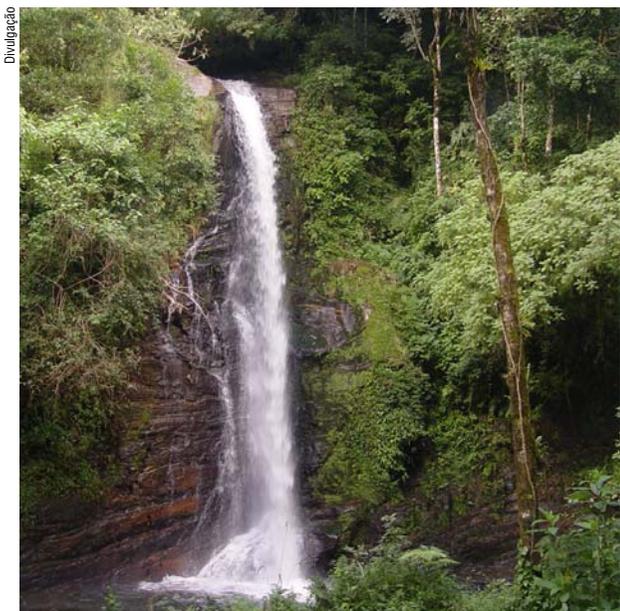
Durante toda a sua vida foi um pregador dedicado, a quem se atestavam fenômenos místicos, como êxtases, levitação e até casos de bilocação: estando em um lugar, aparecia em outro, para atender um doente ou moribundo que precisava de sua atenção. Era também procurado para a cura e, numa dessas ocasiões, escreveu em um pedaço de papel uma



frase em latim: *Post partum Virgo Inviolata permansisti: Dei Genetrix intercede pro nobis* (Depois do parto, ó Virgem, permaneceste intacta: Mãe de Deus, intercedei por nós). Enrolou o papel em forma de pílula e deu a um jovem que estava quase morrendo por fortes cólicas renais. Imediatamente, cessaram as dores e ele expeliu um grande cálculo. Logo, veio um senhor pedindo orações para a mulher que estava sofrendo, em trabalho de parto. Frei Galvão fez novamente

uma pilulazinha e a criança nasceu rapidamente. A partir daí, as irmãs do recolhimento passaram a confeccionar as pílulas e dar às pessoas necessitadas, o que fazem até hoje.

Morto em 1822, Frei Galvão foi beatificado em 1997 e canonizado, pelo papa Bento XVI, em 11 de maio de 2007, tornando-se o primeiro brasileiro nato a ser declarado santo pelo Vaticano. A canonização trouxe um grande impulso ao já forte turismo religioso em Guaratinguetá. ▀



Cachoeira Gomeral, entre colinas com mata exuberante na região serrana de Guaratinguetá

BANCO DE ÁREAS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE

Se você possui áreas degradadas e deseja recuperá-las sem custo, acesse o site : www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar ou ligue para (11) 3133-3243

BANCO DE ÁREAS PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL

ÁGUAS: Uma questão ambiental



© Sugar Creek

A Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) passou a fazer parte da estrutura da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no início de 2007, em função de uma decisão do governo de articular a gestão das águas aos demais recursos naturais. Segundo Rosa Maria Mancini, coordenadora da área na SMA, essa decisão foi baseada no princípio de que o valor ambiental da

água e seu valor como insumo para a produção são indissociáveis.

Até esse momento, essa Coordenadoria fazia parte dos quadros da então Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, mas tinha sob sua responsabilidade apenas a gestão do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), financiador da política estadual de recursos hídricos. Com a vinda para a SMA, a Coordenadoria passou a gerir toda a política de recursos hídricos, ou seja, sua instância técnica – o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), que coordena a implantação dos instrumentos de gestão da política (planos de recursos hídricos, relatórios de situação, cobrança pelo uso da água, enquadramento dos corpos d'água, sistema de

informação) –, e suas instâncias políticas, que são o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacias Hidrográficas, os quais têm o poder de decisão sobre a gestão. Todas essas instâncias contam com a participação do Estado, dos municípios e da sociedade civil, além do próprio Fehidro. “Essa nova configuração permitiu uma maior integração entre as instâncias, levando uma maior agilidade ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, disse a coordenadora.

Rosa Mancini explica, ainda, que a Coordenadoria de Recursos Hídricos tem interface com vários projetos estratégicos do governo, como o dos Aquíferos, uma vez que a gestão de águas superficiais não pode ser dissociada da água subterrânea;

a Cobrança pelo Uso da Água; o Esgoto Tratado, já que o tratamento de esgoto doméstico é o principal problema na maioria das bacias do Estado de São Paulo. Além desses, interage com os projetos Litoral Paulista, Mananciais e Mata Ciliar. Segundo a coordenadora, “a solução para a balneabilidade das praias passa pelo melhor controle do uso e ocupação do solo nos trechos inferiores das bacias hidrográficas da zona costeira, assim como a proteção e a recuperação das bacias hidrográficas da Guarapiranga, Billings e Cantareira é estratégica para garantir o abastecimento na Região Metropolitana de São Paulo. Além disso, a ampliação da cobertura florestal do Estado, por meio da recuperação das matas ciliares, é fundamental para garantir a boa qualidade das águas”.



Cobertura florestal para garantir qualidade das águas

Livro traz a lista das espécies vegetais ameaçadas

O Instituto de Botânica (IBot) lançou o *Livro Vermelho das Espécies Vegetais Ameaçadas do Estado de São Paulo*, com a relação das 1.086 espécies da flora em perigo de extinção no território paulista. Organizada por pesquisadores do Instituto de Botânica e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

da Universidade de São Paulo (Esaq/USP), a obra não substitui a relação publicada a cada cinco anos no *Diário Oficial do Estado*, mas a complementa com informações adicionais, como os critérios utilizados para a inserção das espécies nas diferentes categorias e textos científicos.

Entre as espécies da lista, elaborada de acordo com

critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês), estão espécies como a cabreúva (*Myroxylon peruiferum*), o xaxim (*Dicksonia sellowiana*) e a araucária (*Araucária angustifolia*). O livro menciona vários níveis de ameaça: presumivelmente extinta na natureza (espécies somente encontradas

por reprodução do próprio homem, por exemplo, as samambaias), criticamente em perigo, em perigo e vulnerável. Das 1.086 espécies ameaçadas, 407 estão no grupo das “presumivelmente extintas”.

A publicação está à venda no Instituto de Botânica por R\$ 30. Mais informações: (11) 5073-6300, ramal 313.



“Aqui é o Renato Teixeira! Nós não podemos deixar esse negócio parar, eu acho que agora é a hora de mais força, mais garra, mais empenho, porque a gente precisa lutar

à altura da agressão que o planeta vem sofrendo; a reação tem que ser na mesma proporção, para que a gente possa realmente viver num mundo melhor e garantir um planeta melhor para os nossos filhos, para os descendentes da humanidade. Um grande abraço a todos e sempre lutando pelo planeta, pela melhoria das condições da natureza.”

dentos da humanidade. Um grande abraço a todos e sempre lutando pelo planeta, pela melhoria das condições da natureza.”

Depoimento de Renato Teixeira ao programa de rádio Sintonia Verde, produzido pela Auris Comunicações. Para ouvir outros relatos e entrevistas sobre a Mata Ciliar, acesse: www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar

CARTAS e E-MAILS

Correspondências com sugestões e críticas podem ser enviadas para:

JORNAL MATA CILIAR
Rua Lavradio, 105 - Pacaembu
CEP: 01154-020 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3666-0993

E-mail:
matasciliares@ambiente.sp.gov.br

Rosa Maria Mancini

Cobrando pela água

Considerada um importante instrumento de planejamento, a cobrança pelo uso da água é uma realidade em duas bacias hidrográficas de São Paulo. Em 2008, deve ser implantada em mais duas bacias e trazer mais recursos para a gestão das águas no Estado. Rosa Maria Mancini, coordenadora de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado fala, nessa entrevista, sobre a cobrança e o papel das matas ciliares na recuperação dos recursos hídricos paulistas.

Jornal Mata Ciliar – Há uma meta de expandir a cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas paulistas. Como está esse processo? Quais serão as primeiras bacias?

Rosa Maria Mancini – O pagamento pelo uso da água, um bem público de todos os brasileiros, não se configura na legislação paulista nem como uma taxa nem como um imposto. É uma retribuição. É comum a idéia de que já pagamos pela água quando recebemos a conta de uma empresa, como por exemplo, da Sabesp. Na realidade, estamos pagando pela captação, tratamento e pelo transporte dessa água, que a empresa retirou gratuitamente de um rio ou represa. Quem vai pagar pelo uso da água é a empresa que capta para o abastecimento, a indústria que a utiliza para sua produção, a agricultura que a utiliza para a irrigação, etc. Também quem a utiliza e depois a devolve ao ambiente em qualidade e quantidade diferentes das que retirou vai pagar por esse uso, que é a diluição de efluentes. O Comitê de Bacia é quem define os valores a serem pagos pelos diferentes usuários que requerem a outorga. Assim, uma bacia que privilegia um crescimento industrial mais acentuado vai colocar valores menores para esses usuários em relação aos demais. Isso significa que a cobrança é, antes de tudo, um instrumento de planejamento para cada bacia hidrográfica. As duas primeiras bacias que iniciaram a cobrança, no Brasil e em São Paulo, são as do Piracicaba, Capivari e Jundiá e a do Paraíba do Sul. Em 2008, estão previstas as bacias do Alto Tietê e Sorocaba Médio Tietê, áreas em que o montante a ser arrecadado significará 40% do total do Estado, uma vez que essas regiões concentram o maior número de indústrias e de população.

JMC – Qual é a ligação da Coordenadoria de Recursos Hídricos com o Projeto Mata Ciliar?

RMM – A mata ciliar é o filtro natural para todos os corpos d'água. Um projeto que incentive a manutenção e a recuperação dessas matas é parceiro preferencial de uma política de gestão de recursos hídricos. Esse projeto incentivou a criação da Câmara Técnica de Proteção das Águas, no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que busca estimular boas práticas do setor rural e está estudando a possibilidade de remunerar boas práticas, tanto para o setor rural como, em um segundo momento, para o setor urbano.

JMC – Por que a recuperação das matas ciliares é importante para a conservação dos recursos hídricos no Estado?

RMM – A mata ciliar, em particular, e todas as formas de cobertura vegetal propiciam o armazenamento e a circulação das águas em condição de equilíbrio ecológico; são aliados naturais na gestão das águas.

